

# O FUTURO DOS “CLÁSSICOS”

## *The future of the “Classical”*

Renata Senna Garraffoni\*

SETTIS, S. *The future of the “classical”*. Cambridge: Polity Press, 2006.

Salvatore Settis é um renomado estudioso da Arqueologia e Arte Antiga, tendo ocupado vários cargos de destaque em sua carreira, entre os quais ressalto os de diretor do Getty Research Institute for the History of Art and the Humanities de Los Angeles, de 1994 a 1999, da Scuola Normale Superiore da Universidade de Pisa, de 1999 a 2010, além de membro de comitês de defesa do patrimônio cultural italiano. Interessado em questões referentes à pesquisa sobre história da arte antiga, da tradição clássica e história da iconografia, Salvatore Settis é um ativo defensor dos debates públicos junto às comunidades acerca de patrimônio, memória e usos do passado, com várias publicações na área. O livro intitulado *The future of the “classical”*, ora resenhado, expressa todas essas preocupações, uma vez que, mesmo sendo de profunda erudição, é bastante didático e busca uma reflexão sobre o lugar do legado greco-romano na sociedade atual.<sup>1</sup>

A edição mencionada foi publicada em 2006 em inglês, uma versão expandida do original italiano publicado em 2004 e traduzido para mais três idiomas (espanhol, alemão e grego). Reúne dezesseis ensaios, nos quais o autor discute o significado do conceito “clássico” na atualidade e sua função como memória e patrimônio da Europa Ocidental, suas apropriações e contradições ao longo de diferentes séculos, das formações de identidade e alteridade, considerando as diferenças na constituição das noções de

\* (DEHIS/UFPR).

1 Para maiores informações consultar: <<http://www.sns.it/it/lettere/menunews/docenti/salvatoresettis/>>.

Ocidente e Oriente e das relações de poder entre Europa e mundo. Se a princípio pode parecer algo muito amplo, ao lermos o livro de Settis e suas lúcidas críticas à modernidade e pós-modernidade, notamos sua erudição e facilidade de transitar em diferentes momentos históricos, nos surpreendendo com uma profunda reflexão acerca do significado de conceitos como cultura e memória, bem como suas intenções políticas. Nesse sentido, a obra de Settis é um convite para pensarmos não só a importância do presente na definição do/s passado/s que historiadores e arqueólogos discutem em seus trabalhos, como também nos sensibilizarmos da urgência de uma revisão epistemológica para a abertura de novos caminhos para nos aproximarmos do universo greco-romano e seu legado.

Embora os dezesseis ensaios tenham temas particulares, todos eles estão permeados pela constatação na qual gregos e romanos, em diferentes momentos históricos, ressurgem como base para a construção da identidade europeia como parte de um legado ou de uma memória cultural que aproxima ou separa povos ao longo do tempo. Intrigado com o papel dos chamados “clássicos” nas diferentes constituições identitárias europeias, Settis busca, ao longo de todos os capítulos, perceber como cada período se relacionou com esses povos e qual a relevância de estudá-los em pleno século XXI. Assim, inicia o livro de maneira provocativa: afirma que, em 1967, A. Momigliano ministrou uma aula para alunos de uma escola secundária na Itália e teria perguntado às crianças por que era importante estudar História Antiga. Na ocasião, Momigliano apresentou várias respostas possíveis e discutiu duas delas. A primeira seria a mais direta, uma defesa na qual todos os povos merecem ser estudados, mas a segunda levou Momigliano a desenvolver um argumento identitário: estudar gregos e romanos significava estudar parte da história italiana, parte de “nós” mesmos. É a partir dessa anedota que Settis coloca a pergunta que é a base do livro, ou seja, Settis questiona se mais de quarenta anos depois o argumento nacionalista de Momigliano ainda é válido, se em um mundo globalizado ele ainda atende aos anseios das pessoas interessadas em estudar os gregos e romanos.

Ao longo desse primeiro capítulo, Settis abala as noções do leitor, indica que os estudos sobre os antigos perdem, cada vez mais, lugar na academia atual, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, nunca se falou tanto em democracia, guerra, república. Questiona, portanto, o lugar do legado dos clássicos no século XX e início do XXI, perguntando por que povos

do Oriente Próximo, por exemplo, não podem se colocar como legítimos herdeiros da cultura grega. Ou seja, o autor chama a atenção para o fato de que o termo “clássico” tem muitos usos, sendo que o mais marcante nos séculos XIX e XX está relacionado à construção da identidade e do poder europeus. Sendo assim, Settis afirma que em um contexto turbulento do pós-11 de setembro – quando as relações entre Ocidente e Oriente foram profundamente reconfiguradas – e multifacetado devido à globalização, o que é definido como “clássico” precisa ser revisto. Se a resposta dada por Momigliano tornou-se obsoleta, uma vez que o legado greco-romano não se restringe aos recortes propostos pela academia europeia, Settis afirma que sua pergunta ainda é atual e de fundamental importância para recolocar uma discussão sobre o papel dos estudos greco-romanos na atualidade.

O primeiro passo, para tanto, seria retirar o “clássico”<sup>22</sup> de seu pedestal, de seu inabalável lugar de neutralidade, de origem do pensamento universal herdado pelos europeus. Essa desconstrução é a base dos capítulos dois e três. Segundo Settis, é fundamental rever a noção de senso comum na qual os romanos disseminaram a cultura grega pela Europa. Entender como isso foi construído ao longo do século XIX e início do XX é fundamental para entender como se formou a noção de herança clássica-branca-europeia e as possibilidades de se repensar esse modelo de memória coletiva, buscando a diversidade e a ênfase nas múltiplas culturas. Nesse sentido, Settis se pergunta o que é então “clássico”? Algo imutável e uniforme, símbolo da identidade europeia diante do mundo, ou multiforme, transformador e que congregou tantas culturas distintas? Tal discussão perpassa, em alguma medida, todos os capítulos a seguir, pois é no terceiro que Settis apresenta sua principal tese: “clássico” é parte da memória cultural europeia, definido como algo que já passou, mas que a nostalgia faz voltar e, cada vez que esse ciclo é recolocado, noções como origem, estagnação, modelo, ruptura, transformação, identidade e alteridade são reconfiguradas.

Para explicar melhor seus argumentos, Settis nos apresenta várias noções acerca do que cada momento chamou de “clássico”. Assim, do capítulo quatro ao doze, discorre sobre a noção de arquitetura neoclássica e o que esta retoma de gregos e romanos (capítulo 4); discute a recusa da

22 Cabe ressaltar que mantivemos a grafia “clássico” (entre aspas) como Settis o faz no original.

modernidade ao “clássico” na arte a partir de reflexões sobre o lugar do estilo dórico nos séculos XIX e XX (capítulo 5); apresenta debates de como os historiadores da arte do século XIX se juntaram aos literatos para definir as origens da arte e o papel de gregos e romanos no processo (capítulo 6); analisa como se deu o embate entre arte grega e romana e como a busca pela autenticidade do século XIX colocou os romanos em um lugar desfavorável, sendo esses taxados de imitadores decadentes dos gregos (capítulo 7); analisa o papel de Winckelmann na construção da noção da superioridade e beleza única da arte grega, em especial do século V a.C., entrecruzando as noções de democracia, liberdade e cidadania no século XVIII (capítulo 8); analisa a formação da noção de que o “clássico” é uma espécie de repertório de modelos para definir uma arte universal e como a Grécia se afirma como modelo atemporal de beleza (capítulo 9); discute o Renascimento italiano e seu papel em construir a noção de história cultural cíclica – Renascimento dos antigos romanos como modelo – e o desenvolvimento dessa metáfora, colocando o cristianismo como o centro da religiosidade (capítulo 10); define o momento histórico em que “clássico” passa a ser sinônimo de Grécia e Roma na academia nascente no século XIX, recontextualizando as querelas entre antigos e modernos na França e o papel dos antiquários para deslocar os debates dos textos para a cultura material (capítulo 11); para, por fim, defender, no capítulo doze, que “clássico” está sempre atrelado a Renascimento, pois é parte de uma percepção da história da cultura europeia, uma forma de nostalgia política que frequentemente é recontextualizada e usada de acordo com as necessidades do presente. Assim, Settis defende nesse momento que, embora os antigos não tivessem uma palavra para definir o que é “clássico”, foi a partir deles que se formou o modelo de nascimento e morte, presente nessas diferentes perspectivas analisadas, e que atingiu uma particularidade especial no final do século XIX: a escolha e definição do que é “clássico” pela academia e, desde então, a aplicação de uma série de juízos de valores definindo quais povos seriam seus herdeiros legítimos.

No capítulo treze, o autor aprofunda a noção de qual memória cultural está em jogo. Afirma que a preservação de ruínas e seu estudo são um *topos* da tradição cultural europeia ocidental, pois denotam presença e ausência e configuram um ponto de inflexão onde o visível e o invisível se encontram, constituindo relações de poder nas mais diferentes instâncias (p. 76). Para Settis, o período renascentista é fundamental para desenvolver a

noção de que as ruínas, em suas diversas manifestações, são indispensáveis para constituir a tradição narrativa da memória dos europeus. Nesse sentido, o autor retoma, no capítulo catorze, a discussão proposta no primeiro, a questão da construção da identidade e da alteridade. Se as ruínas, analisadas no capítulo treze, são fatores importantes para a construção da memória europeia, aqui Settis investiga a constituição dessas ruínas. Acompanhando seus argumentos, nota-se que é nos estudos acadêmicos do século XX que se desenvolvem as duas maneiras de se estudar o “clássico”: como continuidade e cultura universal ou como histórica, diversa e fragmentada. O primeiro caso, um modelo imutável, ateórico e a-histórico, foi amplamente explorado durante regimes totalitários alemães e italianos; já o segundo, herdeiro das preocupações de Warburg, é mutável, ambíguo, que propicia comparações e a percepção da complexidade dos povos que fizeram parte da formação da cultura dos antigos.

Por fim, nos capítulos quinze e dezesseis, Settis argumenta que para compreender o que é “clássico” e avançar nas discussões é preciso perceber que cada povo cria suas estratégias para manter sua memória e faz seus usos do passado. A particularidade europeia consistiu em criar uma percepção de tempo baseada em ciclos de renascimento e morte, nos quais as ruínas e os “clássicos” são constantemente reinterpretados a partir das políticas presentes. Para ele, “clássico” pode ser entendido, portanto, como um projeto, um substrato que nutre as nações do Ocidente que se proclamam seus herdeiros e, por isso, legitimou a superioridade ocidental, bem como as formas modernas de colonialismo. Muitas vezes, a oposição gregos e bárbaros foi traduzida como Ocidente *versus* outros e, por isso, reconfiguraram as relações com a África e a Ásia. Apoiando-se em Lévi-Strauss, Settis aponta caminhos para repensar o “clássico” a partir de um olhar antropológico, que ajuda a rever o presente, reconhecendo a cultura da qual a pessoa faz parte e, ao mesmo tempo, entendendo a contribuição de outras. Sua proposta permite pensar o “clássico” dentro do contexto europeu, marcado por continuidades e rupturas (nascimentos, mortes e renascimentos), não só como mera constituição identitária, mas também como um lugar onde a presença do outro é constante e parte dela. O “clássico”, nessa perspectiva, poderia ser reinserido no ambiente escolar não mais como estático e um jargão privilegiado das elites, mas como um meio efetivo para acessar a multiplicidade cultural e refletir sobre como culturas permeiam umas as outras.

Esses breves comentários ao livro de Settis são, a meu ver, uma maneira para chamar a atenção para a relevância de seu trabalho que, infelizmente, é pouco discutido no Brasil. Suas reflexões têm grande potencial e, por isso, acabam por abrir um diálogo com diferentes públicos: educadores interessados em pensar maneiras alternativas de se ensinar Grécia e Roma na escola, estudiosos da cultura material e textos greco-romanos, historiadores da arte dos mais diferentes períodos, arqueólogos, pessoas interessadas em discutir patrimônio, identidade, alteridade e memória, enfim, todos aqueles que buscam uma abordagem crítica acerca do papel do presente na construção do passado ou da memória coletiva. Settis nos ajuda a reinserir gregos e romanos em um ambiente de debate, nos instiga a repensar seus usos, fazendo parte de um grupo de estudiosos que buscam abordagens mais flexíveis e menos normativas do passado. Por todas essas razões, acredito que o livro merece atenção daqueles que se preocupam por leituras críticas do passado e, também, desejam construir, no contexto brasileiro, leituras menos conservadoras sobre gregos e romanos.

Recebido em julho de 2011.

Aceito em agosto de 2011.